

21.05.2015

Nome do Candidato: _____

E-mail: _____ Data de Nascimento: _____

Telefones: _____

Assinatura: _____

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO

1. Verifique se este caderno:
 - » Contém 30 questões, numeradas de 1 a 30.
 - » Contém a proposta e o espaço para a Prova Dissertativa e rascunho.Caso contrário, solicite ao fiscal da sala a substituição.
2. Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
3. Marque na FOLHA DE RESPOSTAS a letra correspondente à resposta que você escolheu (A, B, C, D ou E). Caso haja marcação de mais de uma resposta a questão será considerada errada.
4. Utilize apenas caneta esferográfica azul ou preta na FOLHA DE RESPOSTAS.
5. Leia o que se pede na Prova Dissertativa e utilize, se necessário, o espaço para rascunho.
6. Transcreva a redação, a tinta, na folha apropriada. Os rascunhos não serão considerados em nenhuma hipótese.
7. Você terá 2 horas para responder a todas as questões, preencher a FOLHA DE RESPOSTAS e fazer a Prova Discursiva (rascunho e transcrição).
8. Ao término da prova devolva este caderno ao fiscal de sala, juntamente com sua FOLHA DE RESPOSTAS e a folha de transcrição da Prova Dissertativa.
9. Não será permitida qualquer espécie de consulta ou uso de aparelho eletrônico.

DIREITO CONSTITUCIONAL

1. De acordo com a doutrina de Pedro Lenza, na obra Direito Constitucional Esquematizado, a Constituição Federal atual pode ser classificada como:

- a) promulgada, escrita, analítica e formal.
- b) promulgada, consuetudinária, analítica e formal.
- c) promulgada, escrita, analítica e material.
- d) outorgada, escrita, analítica e material.
- e) outorgada, escrita, analítica e formal.

2. Tem a função de defesa do ato normativo que está tendo sua inconstitucionalidade apreciada, em tese, pelo Supremo Tribunal Federal o

- a) Presidente da República.
- b) Conselho Nacional de Justiça.
- c) Ministro da Justiça.
- d) Procurador-Geral da República.
- e) Advogado-Geral da União.

3. Com relação às formas de controle de constitucionalidade, é correto afirmar que:

- a) o controle concentrado de constitucionalidade é efetuado por qualquer integrante do Poder Judiciário.
- b) o controle difuso de constitucionalidade é exercido apenas por uma Corte de cúpula do Poder Judiciário.
- c) o controle difuso de constitucionalidade é exercido por todos os componentes do Poder Judiciário.
- d) o controle concentrado de constitucionalidade é efetuado em todos os graus de jurisdição, por juízes e Tribunais.
- e) nenhuma das alternativas anteriores.

4. Assinale a alternativa correta:

- a) São brasileiros natos os nascidos no estrangeiro de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente ou venham a residir da República Federativa do Brasil e optem, no prazo de um ano, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira.
- b) São brasileiros natos os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, mesmo que eles estejam a serviço de seu país.
- c) São brasileiros naturalizados os que, na forma da lei, adquiram a nacionalidade brasileira, exigidas aos originários de países de língua portuguesa apenas residência por um ano ininterrupto e idoneidade moral.
- d) São brasileiros naturalizados os estrangeiros de qualquer nacionalidade residentes na República Federativa do Brasil há pelo menos dez anos ininterruptos e sem condenação penal, desde que requeiram a nacionalidade brasileira.
- e) Nenhuma das alternativas anteriores.

5. A organização político-administrativa brasileira compreende:

- a) apenas a União e os Estados, todos autônomos, nos termos da Constituição Federal.
- b) apenas a União, os Estados e o Distrito Federal, todos autônomos, nos termos da Constituição Federal.
- c) apenas a União, os Estados, o Distrito Federal, os Territórios e os Municípios, todos autônomos, nos termos da Constituição Federal.
- d) apenas a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos da Constituição Federal.
- e) nenhuma das alternativas anteriores.

6. A Constituição Federal NÃO admite a perda ou suspensão de direitos políticos no caso de

- a) incapacidade civil absoluta.
- b) processo administrativo que cause demissão do serviço público.
- c) cancelamento da naturalização por sentença transitada em julgado.
- d) condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos.
- e) nenhuma das alternativas anteriores.

DIREITO CIVIL

7. A respeito da capacidade de exercício, é correto afirmar:

- a) Consiste na aptidão para ter direitos e deveres na esfera civil.
- b) O menor de dezoito anos é absolutamente incapaz, ao passo que a capacidade de exercício plena ocorre somente aos vinte e um anos.
- c) Em relação às pessoas físicas, ocorre a partir do nascimento com vida, colocando-se a salvo os direitos dos nascituros desde a concepção.
- d) Em relação às pessoas jurídicas, ocorre a partir do nascimento com vida, mas a lei põe a salvo, desde a concepção, os direitos do nascituro.
- e) Para o maior de dezoito anos, pode ser afastada mediante ação de interdição, na qual se prove a total falta de discernimento do interditando, quer por doença, quer por mal congênito.

8. A respeito da disciplina dos contratos, é lícito afirmar que

- a) o contrato somente será admitido se feito pela mesma forma exigida para o contrato.
- b) o contrato real é o que se aperfeiçoa com a transferência do direito de propriedade de um bem ao credor.
- c) o contrato faz lei entre as partes e, uma vez celebrado, vigora, em qualquer hipótese, o princípio segundo o qual pacta sunt servanda.

d) as obrigações decorrentes de todo e qualquer contrato serão válidas na medida em que atendam aos princípios da boa-fé objetiva e de sua função social, bem como sejam reduzidas a instrumento escrito em letras com fonte não inferior ao corpo 12, de modo a facilitar sua compreensão.

e) o contrato real aperfeiçoa-se e valida-se com a entrega de um bem, sendo irrelevante a existência de consenso.

9. Nas relações de consumo, o direito de reclamar pelos vícios aparentes ou de fácil constatação caduca em

a) noventa dias, tratando-se de fornecimento de serviço e de produtos não duráveis.

b) trinta dias, tratando-se de fornecimento de serviço e de produtos não duráveis.

c) cento e vinte dias, tratando-se de fornecimento de serviço e de produtos duráveis.

d) trinta dias, tratando-se de fornecimento de serviço e de produtos duráveis.

e) sete dias, tratando-se de fornecimento de serviço e produtos não duráveis.

10. É nulo o negócio jurídico

a) praticado com dolo ou coação.

b) praticado em estado de perigo.

c) praticado por agente relativamente incapaz.

d) simulado, sendo válido o dissimulado.

e) que importe em fraude contra credores.

11. Com relação às Pessoas Jurídicas de Direito Público Interno e de Direito Privado é certo que

a) a criação, a estruturação interna e o funcionamento das organizações religiosas são livres, mas o poder público pode negar-lhes registro dos atos constitutivos e necessários ao seu funcionamento.

b) as fundações e as organizações religiosas são pessoas jurídicas de direito público interno.

c) os partidos políticos e as associações são pessoas jurídicas de direito público interno.

d) o direito de anular a constituição das pessoas jurídicas de direito privado, decai em três anos por defeito do ato respectivo, contado o prazo da publicação de sua inscrição no registro competente.

e) a existência legal das pessoas jurídicas de direito privado começa com a inscrição do ato constitutivo no respectivo registro, precedida, em qualquer hipótese, de autorização ou aprovação do Poder Executivo.

12. Consideram-se incapazes, relativamente a certos atos, ou à maneira de os exercer,

- a) os menores impúberes e os emancipados.
- b) os maiores de 70 (setenta) anos.
- c) os excepcionais, sem desenvolvimento mental completo.
- d) as mulheres casadas e os pródigos.
- e) os estrangeiros.

DIREITO PENAL

13. Os menores de dezoito anos que já tenham se casado ou constituído negócio próprio são considerados penalmente:

- a) inimputáveis.
- b) semi-imputáveis.
- c) responsáveis.
- d) capazes.
- e) relativamente incapazes.

14. No que concerne ao princípio da insignificância, assinale a afirmativa INCORRETA.

- a) Seu reconhecimento exclui a tipicidade material da conduta.
- b) Aplica-se quando se mostra ínfima a lesão ao bem jurídico tutelado.
- c) Somente pode ser invocado em relação a fatos que geraram mínima perturbação social.
- d) Exige, para seu reconhecimento, que as consequências da conduta tenham sido de pequena relevância.
- e) Só é admissível em crimes de menor potencial ofensivo.

15. Extingue-se a punibilidade, EXCETO:

- a) Pela morte do agente;
- b) Pelo fato de o agente completar 70 anos de idade;
- c) Pela anistia, graça ou indulto;
- d) Pela prescrição, decadência ou preempção;
- e) Pelo perdão judicial, nos casos previstos em lei.

16. Na coação moral irresistível, há exclusão da

- a) antijuridicidade.
- b) culpabilidade, por inimizabilidade.
- c) tipicidade.
- d) culpabilidade, por não exigibilidade de conduta diversa.
- e) culpabilidade, por impossibilidade de conhecimento da ilicitude.

17. No tocante às circunstâncias atenuantes, é correto afirmar que

- a) permitem a redução da pena abaixo do mínimo previsto na lei, segundo entendimento sumulado do Superior Tribunal de Justiça.
- b) incidem na terceira etapa do cálculo da pena.
- c) são inaplicáveis se não previstas expressamente em lei.
- d) o desconhecimento da lei, embora inescusável, pode ser empregado para atenuar a pena.
- e) a reparação do dano não a configura, constituindo apenas causa geral de diminuição da pena.

18. O uso da analogia para punir alguém por ato não previsto expressamente em lei, mas semelhante a outro por ela definido,

- a) é permitido, se o fato for contrário ao sentimento do povo na época em que o ato foi praticado.
- b) é vedado, por importar em violação do princípio da legalidade.
- c) é vedado, por contrariar o princípio da proporcionalidade da lei penal.
- d) é permitido, se o fato for contrário aos princípios fundamentais do Direito Penal.
- e) só é permitido se estiver fundado no direito consuetudinário.

TEORIA GERAL DO PROCESSO

19. A procuração geral para o foro habilita o advogado a praticar todos os atos do processo, exceto:

- a) Propor ação;
- b) Contestar;
- c) Interpor apelação;
- d) Transigir;
- e) Interpor recurso extraordinário.

20. Constitui condição da ação:

- a) Possibilidade jurídica do pedido;
- b) Competência do juízo;
- c) Citação válida;
- d) Intimação do Ministério Público nas causas envolvendo incapazes;
- e) Capacidade postulatória.

21. São pressupostos processuais:

- a) Intimação do Ministério Público nas causas envolvendo incapazes e pedido de citação da parte contrária;
- b) Maioridade civil e representatividade por advogado;
- c) Juízo investido de jurisdição, partes capazes e demanda regularmente formulada;
- d) Valor da causa e requerimento de condenação do Réu;
- e) Incompetência territorial e funcional;

22. Extingue-se o processo SEM julgamento de mérito:

- a) Quando o juiz rejeitar o pedido;
- b) Quando o juiz acolher o pedido;
- c) Quando o autor renunciar ao direito sobre que se funda a ação;
- d) Quando o autor desistir da ação;
- e) Quando o juiz pronunciar a decadência ou a prescrição.

23. Forma-se a coisa julgada material na seguinte hipótese:

- a) Quando o juiz acolher o pedido e transcorrer o prazo recursal sem que as partes recorram;
- b) Quando o juiz indeferir a petição inicial;
- c) Quando não concorrer qualquer das condições da ação;
- d) Quando houver convenção de arbitragem;
- e) Quando ocorrer confusão entre autor e réu.

24. Afirma-se que há coisa julgada quando:

- a) A decisão não pode ser atacada por ação rescisória;
- b) Da decisão somente cabe Recurso Extraordinário;
- c) A decisão é proferida pelo Juiz Titular dos Juizados Especiais Federais;
- d) A decisão não pode ser objeto de execução;
- e) Da decisão não mais caiba recurso.

DIREITO ADMINISTRATIVO

25. Quando se afirma que o particular pode fazer tudo o que a lei não proíbe e que a administração só pode fazer o que a lei determina ou autoriza, estamos diante do princípio da

- a) contradição.
- b) obrigatoriedade.
- c) moralidade.
- d) proporcionalidade.
- e) legalidade.

26. Sobre os princípios da Administração Pública, é correto afirmar:

- a) O art. 37 da Constituição Federal não é taxativo, pois, outros princípios existem, previstos em leis esparsas, ou mesmo não expressamente contemplados no direito objetivo, aos quais se sujeita a Administração Pública.
- b) Segundo o princípio da legalidade, a Administração pode fazer tudo o que a lei não proíbe.
- c) O princípio da especialidade é concernente à ideia da centralização administrativa.
- d) O princípio da autotutela significa o controle que a Administração exerce sobre outra pessoa jurídica por ela mesma instituída.
- e) O princípio da continuidade do serviço público é a possibilidade de reeleição dos chefes do poder executivo.

27. Compõe a Administração Pública Direta da União:

- a) a Caixa Econômica Federal.
- b) o Banco Central do Brasil.
- c) a Agência Nacional de Aviação Civil.
- d) o Departamento de Polícia Federal.
- e) a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

28. Pode exercer poder de polícia

- a) o Banco do Brasil S.A.
- b) a Petróleo Brasileiro S.A. – PETROBRAS.
- c) a Receita Federal do Brasil.
- d) o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.
- e) o Serviço Federal de Processamento de Dados – SERPRO.

29. A respeito das entidades integrantes da Administração indireta, é correto afirmar que

- a) se submetem todas ao regime jurídico de direito público, com observância aos princípios constitucionais e às demais regras aplicáveis à Administração pública.
- b) as empresas públicas e sociedades de economia mista que explorem atividade econômica submetem-se ao regime tributário próprio das empresas privadas.
- c) as autarquias regem-se pelo princípio da especialização e submetem-se ao regime jurídico de direito público, gozando de capacidade política.
- d) apenas as empresas públicas podem explorar atividade econômica e sempre em caráter supletivo à iniciativa privada, submetidas ao regime próprio das empresas privadas, salvo em matéria tributária.
- e) apenas as sociedades de economia mista sujeitam-se ao regime de direito privado, podendo orientar suas atividades para a obtenção de lucro.

30. Distinguem-se as autarquias das sociedades de economia mista que exploram atividade econômica, dentre outras características, em função de

- a) não serem dotadas de autonomia e personalidade jurídica própria, embora submetidas ao regime jurídico de direito privado.
- b) seu regime jurídico de direito público, exceto quanto ao processo de execução ao qual se submetem, típico do direito privado.
- c) sua criação ser autorizada por lei, bem como por se submeterem tanto ao regime jurídico público, quanto ao regime jurídico privado.
- d) serem criadas por lei, bem como em função de seu regime jurídico de direito público.
- e) se submeterem a processo especial de execução, que excetua o regime dos precatórios, embora não afaste a prescritibilidade de seus bens.

TEMA PARA A PROVA DISSERTATIVA

Disserte sobre os Poderes do Estado, explicitando suas respectivas funções dentro do panorama estabelecido pela Constituição Federal de 1988 e explicando o que se entende por "Sistema de Freios e Contrapesos (checks and balances)".

Folha de Resposta – Prova Dissertativa

5

10

15

20

25

30

Folha de Respostas - Prova Objetiva

Preencha completamente o espaço respectivo à resposta que considerar correta

| | A | B | C | D | E | | A | B | C | D | E |
|----|--------------------------|--------------------------|--------------------------|--------------------------|--------------------------|----|--------------------------|--------------------------|--------------------------|--------------------------|--------------------------|
| 1 | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | 16 | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 2 | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | 17 | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 3 | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | 18 | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 4 | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | 19 | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 5 | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | 20 | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 6 | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | 21 | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 7 | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | 22 | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 8 | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | 23 | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 9 | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | 24 | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 10 | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | 25 | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 11 | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | 26 | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 12 | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | 27 | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 13 | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | 28 | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 14 | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | 29 | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 15 | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | 30 | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |

Espaço para Rascunho